

## Origens da congada: controvérsias e convergências

### Origins of congada: controversies and convergences

Rodrigo de Souza Ferreira\*

**Resumo:** Ao longo do século XX, diversos autores se empenharam na tarefa de encontrar alguma explicação para a origem das festas de coroação de rei do Congo. Várias foram as interpretações propostas nesse esforço, ora convergindo para uma mesma direção, ora destoando radicalmente umas das outras. Sem ter a pretensão de esgotar o assunto (o que, de qualquer forma, parece impossível), as linhas que se seguem pretendem destacar alguns dos caminhos trilhados por pesquisadores de diversas áreas, evidenciando que o longo e infindo debate sugere sempre resultados parciais e possibilidades latentes.

**Palavras-chaves:** Congada; cultura afro-brasileira; escravização africana.

**Abstract:** Along the 20<sup>th</sup> century, several authors insisted on the task of finding some explanation for the origin of feasts like kings of Congo coronation. There were several interpretations proposed in that effort, some times converging for the same direction, other times radically discording from other ones. Having no pretension of draining the subject off (what, any way, seems to be impossible), the written lines that follow intend to detach some of the paths trodden by researchers from several areas, evidencing that a long and endless debate always suggests partial results and latent possibilities.

**Word-key:** Congada; Afro-Brazilian culture; African enslavement.

---

\* Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa  
e-mail: [rsouzafer@yahoo.com.br](mailto:rsouzafer@yahoo.com.br)

### O trabalho pioneiro dos folcloristas

A partir do século XVIII, como conseqüência do processo de consolidação da unidade política de diversos países europeus, a questão da identidade nacional esteve em voga nos debates teóricos daquele continente. Nesse sentido, os intelectuais buscavam identificar elementos e práticas culturais próprias de suas regiões, visando afirmar a originalidade de seu povo. Seguindo essa tendência, em fins do século XIX e início do XX, intelectuais de países periféricos, como o Brasil, que acabavam de romper politicamente com as antigas metrópoles coloniais, passaram também a se deter sobre tais questões. Contudo, diferentemente das nações européias, que buscavam em sua ancestralidade cultural aspectos que pudessem definir a autenticidade de seus povos, no Brasil, em função das especificidades de seu povoamento, a identidade nacional foi pensada freqüentemente a partir da influência exercida pelos três grupos étnicos formadores: o europeu, o índio e o africano. É nesse contexto que têm início as discussões sobre o folclore, pensado originalmente como um ramo de estudo capaz de recolher certas “antigüidades populares” que armazenavam o cerne da “alma nacional” (Reily, 1990).

Logo no início de um artigo publicado em 1935, Mário de Andrade, um dos expoentes do movimento modernista brasileiro, deixa patente sua inquietação referente à definição da identidade nacional, buscando apresentar elementos que marcassem uma originalidade brasileira, formada a partir da matriz multi-étnica.

Uma das manifestações mais características, e se pode dizer mesmo que originais, da música popular brasileira são as nossas dansas-dramaticas. Nisso o povo brasileiro evoluciona enormemente sobre as raças que nos originaram. (...) sempre é comovente verificar que apenas êsses tres fundos etnicos são os que o nosso povo celebra secularmente em suas dansas-dramaticas . (Andrade, 1935:36).

A contribuição de Mário de Andrade para os estudos sobre o folclore brasileiro foi bastante ampla, seja pelos trabalhos que realizou, sobretudo no que se refere às danças dramáticas brasileiras, seja pela influência que exerceu sobre uma ampla gama de folcloristas posteriores. Dentre as diversas configurações de danças dramáticas citadas e estudadas por ele, uma que merece especial destaque é o bailado dos Congos. Recorrendo sempre aos escritos de jesuítas e viajantes, o autor busca identificar a origem dessa forma de manifestação popular.

O jesuíta Antônio Pires dá notícia de que em 1552 os negros africanos de Pernambuco estavam reunidos numa confraria do Rosario, e se praticava na terra procissões exclusivamente compostas de homens-de-côr. Não se refere ainda a reis negros aqui, mas a indicação é muito sintomatica. A eleição de reis negros titulares, a coroação deles, e as festas que provinham disso, *Congos*, *Congadas*, sempre até hoje se ligaram intimamente á festa, e mesmo á confraria do Rosario. Inda mais: as procissões catolicas eram cortejos que relembavam ao negro os seus cortejos reais da Africa. Nada mais natural do que a identificação. (Andrade, 1935: 37)

Recusando terminantemente a possibilidade das congadas serem manifestações inspiradas na cultura européia, Andrade (1935) enfatiza que as mesmas derivam do costume africano de se celebrar o coroamento dos reis emergentes. Dessa forma, as congadas seriam antes uma manifestação cultural espontaneamente criada pelos negros escravizados do que uma imposição do colonizador europeu. Para o autor, o costume de se nomear reis de fachada foi muito difundido entre os negros, tendo se iniciado na própria África, quando o colonizador europeu passou a exercer o poder de fato, em detrimento dos potentados nativos, que tiveram sua ação restringida a funções, cada vez mais, simbólicas.

Contudo, ainda segundo Andrade (1935), a prática, comum entre os negros, de se eleger seus reis foi não só aceita, mas até mesmo estimulada pelo colo

nizador. Num momento em que os cativos superavam numericamente os brancos e que, por isso mesmo, representavam uma constante ameaça de revolta, reconhecer suas lideranças naturais e manter com elas relações de cordialidade poderia contribuir para camuflar a situação de exploração a que os escravos estavam submetidos. Andrade (1935) sustenta que esses reinados tinham como função social, propriamente, a legitimação desse sistema. Atuando, muitas vezes, como intermediários entre o senhor e a escravaria, os reis negros conduziam seus súditos segundo os desígnios do colonizador. “E os escravos obedeciam ou imaginavam obedecer aos seus reis congolezes que os mandavam trabalhar. Para os reizinhos brancos. Os reis de fumaça funcionavam utilitariamente pros brancos” Andrade (1935:38).

Considerando o prestígio que os reis negros desfrutavam entre seus pares escravos, é plausível pensar que um relacionamento cordial com essas lideranças poderia ser extremamente proveitoso para o senhor. Endossando tal opinião, Cascudo (1972:280) destaca que “as autoridades prestigiavam a solenidade para quietação e disciplina da escravaria, que se rejubilava vendo o seu rei *coroadado*”.

Segundo Andrade (1935), a duração dessas monarquias variou muito, de acordo como os lugares e épocas, havendo reinados temporários e vitalícios. Para o autor, a prática, bastante difundida, de eleição anual não decorre da tradição africana, mas advém das comodidades que o calendário católico proporcionava, visto que durante os períodos festivos, os cativos, comumente, tinham maior folga. Assim, essas ocasiões se prestavam bem para a realização dos “bailados de eleição do rei novo”. Outro aspecto enfatizado por Andrade (1935) refere-se à estrutura que orienta o ritual.

O bailado varia bastante de região pra região, embora permaneçam em todas as variantes os elementos mais essenciais. Esses elementos dividem o bailado em duas partes bem distintas. A primeira é o cortejo real, com que o rancho dos bailarinos percorre

as ruas acompanhando o rei, ou quando parado diante das igrejas ou das casas de pessoas importantes, dança com a assistência do rei, para o rei ver... É a parte mais livre, mais movel em que estão as canções de marcha, as louvações religiosas-fetichistas, católicas ou não, as dansas referentes a costumes e trabalhos tribais, e as coreografias puras. (...) O segundo elemento essencial dos *Congos* é a representação duma embaixada, de paz ou guerra, geralmente de guerra. Essa é a parte propriamente dramática, com peças fixas, de seriação pré-determinada e lógica. Andrade, (1935:41)

Para Andrade (1935), a representação da embaixada permite identificar uma série de elementos míticos relacionados à tradição de algumas tribos africanas. Por outro lado, o autor enfatiza que a mesma está calcada em fatos históricos, referentes ao passado africano, pois o costume de enviar embaixadas a reinos aliados ou rivais teria sido bastante difundido naquele continente. Visando legitimar essa teoria, Andrade (1935) busca resgatar a história de alguns personagens bastante presentes nas representações que aconteciam pelo Brasil afora, como o rei do Congo, o príncipe Suená (seu filho) e, principalmente, a rainha Ginga. Para o autor, esses fatos são evidências de que o bailado dos *Congos* nasceu a partir da iniciativa dos negros que migraram para a América.

Em consonância com o pensamento de Andrade (1935), Ramos (1954) salienta a importância da cultura africana na moldagem dos autos populares dos *Congos*, no entanto, esse autor busca afirmar o conteúdo eminentemente sincrético presente nos mesmos. De acordo com ele, os mitos africanos tiveram que se adaptar à realidade cultural e social encontrada no Novo Mundo. Assim, diante de uma sociedade colonial opressora, dominada pela cultura branca e católica, teria sido natural ocorrerem deformações na matriz original, através de um processo que o autor chama de “lei da interpenetração cultural”.

Quando intervém a interpenetração cultural, um trabalho psicológico subterrâneo, de

extraordinária importância, começa a se processar. Acontece na psique coletiva o mesmo que na psique individual. Os velhos elementos não desaparecem. São recalçados e incrustam-se no inconsciente coletivo. Tornam-se privados. E entremostam-se como *so-brevivências* ou *superstições*. (Ramos, 1954:30)

Nesse sentido, Ramos (1954) é categórico ao afirmar que não havia, no Brasil, manifestações rituais ou dramáticas exclusivamente negras. No caso específico das congadas, o autor aponta elementos da tradição africana nas representações e mesmo sobrevivências históricas, mas não deixa de salientar a influência ibérica na montagem das encenações públicas. Vale ressaltar, entretanto, que, apesar de hegemônica naquele contexto, a cultura européia teria sido incorporada não segundo a imposição do colonizador, mas a partir de uma reelaboração mediatizada pelo universo cultural dos negros escravizados. Segundo o autor, essa mesma lógica se aplicaria à religião. Apesar de constrangido a aceitar a religião do colonizador, o africano acabou adaptando a nova crença ao seu sistema simbólico ancestral e o que poderia parecer uma conversão plena ao catolicismo, teria sido uma mera “ilusão de catequese”.

Divergindo da opinião de Andrade (1935) e Ramos (1954), no que se refere à origem da congada, Araújo (1977) afirma que essa manifestação, assim como vários outros tipos de bailado popular, foi uma criação dos missionários jesuítas, utilizada estrategicamente para catequizar os negros que aportaram na América. Valendo-se de alguns elementos da cultura africana, os clérigos pretendiam tornar os preceitos católicos mais atrativos ao escravo e, a partir daí, levá-lo a aceitar a fé romana. “Então a congada não é folclórica. Foram os eruditos que a escreveram. Tornou-se folclórica graças à aceitação, adoção e uso” (Araújo, 1977:42).

Para o autor, a larga difusão da congada pelo interior do Brasil e a uniformidade dessa manifestação nas diversas regiões devem ser tomadas como indícios de que a mesma era orientada pelos religiosos jesuítas. Considerando que os escravos provinham de

diversos pontos da África, com tradições bastante diferentes entre si, como poderiam eles fundar uma forma de expressão cultural tão coesa e espalhá-la por tão longa extensão territorial? De acordo com Araújo (1977), somente uma instituição sólida, como a Igreja Católica, que possui uma diretriz unificada, seria capaz de promover tal expansão.

O que o autor não levou em consideração é que, a despeito da expulsão dos jesuítas do Reino português, articulada pelo marquês de Pombal, em 1759, as solenidades de coroação de Rei do Congo e as festas realizadas em tais ocasiões continuaram acontecendo na Colônia e talvez tenha sido justamente naquele período que elas alcançaram seu maior esplendor. Além disso, é discutível o posicionamento do autor ao desconsiderar a presença legítima da tradição africana nas congadas, assim como ao sugerir que elas comportavam uma unicidade ritual pelo interior do Brasil. Embora haja elementos comuns entre os diversos grupos de congada brasileiros, os relatos feitos acerca de muitos desses grupos apontam uma multiplicidade de formas de manifestação, forjadas a partir de contextos regionais específicos.

Outra divergência presente no trabalho de Araújo (1977) se refere à inspiração dos autos representados com a Embaixada. Para ele, a mesma “é uma reminiscência da Canção de Rolando”.

O terno da Congada para representação da Embaixada divide-se em dois grupos distintos: os Cristãos, chefiados na referta, no auto pelo imperador Carlos Magno ‘que era o primeiro rei cristão’ – o ‘nosso Rei de Congo’ como dizem os congueiros, e os adversários, os Mouros, comandados por Ferrabrás, acompanhados dos ‘seus turcos’ onde se distingue pela capa vermelha e bizarra o embaixador. (Araújo, 1977:44).

Aproximando-se um pouco da posição defendida por Araújo (1977), com relação à difusão das festas de coroação de reis do Congo, mas relativizando a ação do europeu e, sobretudo, do missionário, Carneiro (1965) afirma que é provável que as mesmas tenham

sido instituídas pelo próprio colonizador, mas que, se tal não ocorreu, pelo menos foi um costume aceito e incentivado, pois o reconhecimento de realezas de fachada permitia estabelecer formas dissimuladas de controle social sobre a escravaria. Segundo o autor, os reis eram, geralmente, homens idosos, “benquistos pelos senhores devido à sua subserviência”, e “desempenhavam (...) a função pública de induzir ao trabalho os escravos e os negros em geral e de contê-los quando, esgotada a sua capacidade de paciência, se revoltavam contra os senhores” (Carneiro, 1965:38-39).

Embora o costume de se coroar solenemente seus soberanos (ainda que seguindo moldes europeus) fosse amplamente difundido na África, Carneiro (1965) enfatiza que, na América, teria sido extremamente conveniente ao português permitir que ele continuasse acontecendo, ou mesmo promovê-lo, dado o benefício que o colonizador poderia extrair disso.

Interpretação diversa para a origem da congada é proposta por Barbosa (1965). Segundo esse autor, as festas da congada surgiram originalmente em Vila Rica, na primeira metade do século XVIII – época em que foram criadas as primeiras irmandades de negros de Minas. Para ele, a origem da congada está associada à lenda de Chico-Rei. Segundo a lenda, o escravo, batizado Francisco, teria sido rei de uma nação africana, quando fora aprisionado, juntamente com um grupo de familiares e súditos. Sua mulher e seus filhos morreram em consequência das inclemências da travessia do Atlântico, com exceção de um. Na América, Chico conseguiu angariar fundos, trabalhando nos momentos de folga dos labores servis, para alforriar seu filho. “E trabalhando com afinco os dois, foram libertando os outros e, assim, sucessivamente, se foram alforriando os demais súditos da sua nação. Constituiu novamente sua côrte, ficando êle apelidado Chico-Rei” (Barbosa, 1965:06). Assim, unidos por laços de solidariedade, esses negros puderam, de certa forma, recriar sua nação. Nela foram instituídas as Irmandades do Rosário e de Santa Efigênia e construída sua igreja, no Alto da Cruz,

onde passaram a ser realizadas as solenidades dos Reisados, logo difundidas por todo o Brasil.

Embora autores como Souza (2002) aceitem que Chico-Rei possa, de fato, ter existido e que a lenda associada a ele possa ter grande fundo de verdade – uma vez que lideranças negras, em torno das quais se congregavam grandes grupos humanos, fosse costume amplamente difundido entre os africanos na América colonial – pensar que as festas dos Reisados e Congadas, difundidas por todo o Brasil, tenham tido uma origem comum, localizável no tempo e no espaço, é um tanto precipitado, pois estas moldaram-se em função de contextos históricos específicos, o que fica evidenciado pela diversidade das formas de manifestação que ocorrem pelo interior do país. Além disso, estudos mais recentes demonstram que as primeiras festas dessa natureza aconteceram ainda no início do século XVII, como atesta Souza (2002), e não no século XVIII, como defendeu Barbosa (1965). Salvo tais considerações, sabe-se que a lenda de Chico-Rei ainda hoje é evocada por muitos grupos de congada para justificar e legitimar sua existência, atualizando, dessa forma, a crença em um mito fundador.

Contrariando a opinião de certos autores, como Arthur Ramos, que defendem que o catolicismo é usado para camuflar práticas religiosas africanas, Barbosa (1965) afirma que a conversão do escravo ao catolicismo se dava de forma plena e sincera e, dessa forma, qualquer resquício dos cultos ou costumes africanos presentes em suas manifestações dever-se-ia “mais à ignorância religiosa” do que a uma forma de resistência cultural inerente ao cativo. Exemplo dessa conversão, segundo o autor, poderia ser encontrado nos quilombos. “Temos documento de que êsses negros convertidos, quando aquilombados, procuravam criar os filhos na fé cristã. E isso em pleno mato, onde gozavam de completa liberdade de ação” (Barbosa, 1965:08). Tal perspectiva será posteriormente contestada por Roger Bastide, que, retomando as teorias de Arthur Ramos, irá defender que a aceitação do cristianismo pelos africanos esta-

va associada à possibilidade, aberta pela ordem colonial, para que os negros se reunissem em confrarias próprias e gozassem de certa autonomia. Contudo, essas concentrações permitiam reviver costumes ancestrais e preservar crenças africanas, usando o cristianismo como um disfarce para tais práticas.

### A contribuição de Roger Bastide

Roger Bastide foi um dos autores que maior influência exerceu no campo dos estudos afro-brasileiros. Sua vasta produção acadêmica, em grande parte focalizando a difusão de religiões africanas no Brasil, resultou num quadro interpretativo, que, ainda hoje, exerce grande influência sobre os estudiosos do assunto.

Segundo Bastide (1971), embora oriundos de diversos pontos da África, os negros trazidos para a América no período colonial, de um modo geral, fundavam suas crenças nas relações com a família, com o clã ou com a natureza, sempre remetendo a ancestrais que atuavam como intermediários entre os homens e a divindade. A imersão no Novo Mundo corrompeu a organização social, calcada nas relações familiares e tribais, uma vez que separava, inescrupulosamente, os africanos, unidos por laços afetivos ou sanguíneos. Com isso, um dos aportes das religiões africanas parecia estar violado. Por outro lado, o escravo ainda sofreria a presença cultural do colonizador, branco e católico.

Diante da impossibilidade de recriar sua antiga organização tribal, o que facilitaria a preservação de seu culto tradicional, o africano acabou por elaborar formas originais de manifestações religiosas, através da adequação de fragmentos de sua cultura antiga às estruturas que lhe eram impostas, (Bastide, 1971). A tradição africana acabava se renovando constantemente com a chegada de novos cativos. Não raro estes eram membros de famílias reais, sacerdotes, médicos-feiticeiros e contribuía para reforçar as crenças justamente “quando êstes valores tendiam a enfraquecer-se”. (Bastide, 1971:69)

Antes de serem trasladados para a América, negros de diversas regiões e etnias eram agrupados conjuntamente nos portos africanos, onde aguardavam a chegada dos navios e a disposição dos negociantes. Essa “mistura” impedia, quando na América, a identificação exata da etnia a que pertencia cada cativo. Daí ser comum identificá-los segundo o porto de origem. Rompidos os laços étnicos que outrora uniam cada negro à sua comunidade original, começava a surgir entre os cativos uma nova forma de solidariedade, estimulada pelo sofrimento comum, (Bastide, 1971). De acordo com o autor, chegados na América e reagrupados nas unidades de trabalho, esses africanos encontraram na religião um sustentáculo poderoso para que aquela solidariedade pudesse persistir.

Embora aceitando a escravidão do negro como legítima naquele contexto de exploração colonial, a Igreja Católica assumia como uma missão o dever de cristianizar o africano, defendendo a noção de que “se lhe tomava o corpo, dava-lhe em troca uma alma” (Bastide, 1971:77), pois de outra forma, a condenação eterna era tida como inevitável. Dessa forma, a incorporação dos negros em irmandades religiosas é, segundo Bastide (1971), parte do projeto católico de conversão do negro escravizado. Embora fundadas nos moldes católicos, o autor defende que, dentro dessas confrarias, os cativos gozavam de certa autonomia e, por isso, podiam reviver costumes religiosos africanos, operando uma forma de sincretismo religioso.

Porém, Bastide (1971) afirma que as autoridades eclesásticas aceitavam somente aqueles costumes que se adequavam à prática do catolicismo. É por isso que o autor chama esse sincretismo de um “sincretismo planejado”. O costume de se eleger ‘reis’ entre os negros, por exemplo, seria aceito dentro das irmandades porque permitiria o estabelecimento de uma forma de controle social sobre os negros, uma vez que esse ‘rei’ poderia ser estrategicamente manipulado e exercer o papel de intermediário entre os senhores e os escravos.

Por outro lado, certos princípios cristãos podiam ser reelaborados pelos negros e ganhar novos significados, mais aproximados da tradição africana. “A idéia de que os santos eram intercessores entre o homem e Deus, identificava-se em seu pensamento com a própria idéia de que eram os ancestrais que estavam encarregados de levar seus pedidos a Zumbi ou Zumbi, divindades do céu” (Bastide, 1971:88).

Dessa forma, para Bastide (1971), o catolicismo, e naturalmente o culto dos santos, deve ter sido imposto ao escravo para atuar como um instrumento de controle social e afirmação da supremacia branca. Contudo, o negro reagiu a essa estratégia dominadora, que pretendia integrá-lo passivamente àquela sociedade, dotando a religião de significado diverso daquele tencionado pelo colonizador. Assim, a religião foi assumindo, cada vez mais, o caráter de aglutinador das populações escravizadas, direcionando reivindicações sociais.

### **Da África à América: o tortuoso caminho da Congada**

Sem romper terminantemente com os estudos desenvolvidos nas décadas anteriores, pesquisas recentes têm retomado a discussão acerca da origem das festividades de coroação de Rei do Congo, propondo geralmente um aprofundamento no estudo do processo histórico que as constituiu. Marina de Mello e Souza, em sua tese de doutoramento, publicada posteriormente pela Editora UFMG, sob o título *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*, discute o contexto no qual tais solenidades surgiram, “privilegiando a perspectiva do encontro de culturas diferentes, que, em dado contexto de dominação social, produziu manifestações culturais mestiças” (Souza, 2002:20). Para a autora, a origem dessas manifestações culturais está diretamente associada à formação de uma nova identidade

negra, moldada como consequência do processo de colonização da América. Assim, partindo da análise do contato dos europeus com a África, Souza (2002) busca demonstrar como tal relação forjou o costume, tão difundido no Brasil, de se eleger reis negros.

Segundo a autora, o projeto expansionista português pretendia, através da conquista dos mares, apropriar-se de novas terras e criar rotas comerciais que pudessem promover a canalização de recursos para o Reino. Ainda no século XV, Portugal estabeleceu os primeiros contatos com o continente africano, dando início à formação de um imenso império colonial, que se espalhou por grande parte do mundo. A esse ideal mercantil sempre esteve associada a difusão da fé cristã. Nas expedições de além-mar, geralmente eram enviados padres, no intuito de ensinar os princípios do cristianismo às populações nativas e, de certa forma, expandir a cultura europeia para as regiões conquistadas. Esse projeto missionário, encabeçado pelos próprios reis portugueses, por um lado, garantia a ampliação do rebanho de fiéis da Igreja Católica, mas, por outro, tinha por objetivo facilitar o relacionamento e o diálogo entre colonizador e colonizado.

Entretanto, o ideal português de expandir a fé cristã e, simultaneamente, defender seus interesses mercantis, consolidando o poderio do Império Lusitano, não pode, em todos os casos, ser tomado como uma tendência unidirecional. Dada a centralização política do Reino do Congo, entre outras peculiaridades, logo no início de seu avanço ultramarino, Portugal estabeleceu contato com os governantes daquele Reino, os quais prontamente se batizaram e firmaram compromissos no sentido de difundir o cristianismo, (Souza, 2002). Recorrendo a Thornton<sup>1</sup>, Souza (2002) afirma que a conversão dos congolezes ao cristianismo foi facilitada pelas especificidades de sua tradição

---

<sup>1</sup> THORNTON, John. The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. *Journal of African History*, 25, p.147-167, 1984.

religiosa, que, em diversos aspectos, “combinavam com a tradição cristã”. Nesse sentido, enquanto os europeus julgavam a conversão como um fato concretizado, os africanos acreditavam continuar vivenciando suas crenças ancestrais, acrescidas de alguns elementos novos. É por isso que alguns autores definem a expressão religiosa característica daquele contexto como “catolicismo africano”.

Além disso, segundo Brásio (1969), a ritualística própria do cristianismo contribuía para realçar o poder dos soberanos africanos e, por isso, foi prontamente incorporada aos cerimoniais de coroação dos reis do Congo. Não se tratava, portanto, de suplantando práticas ancestrais por valores europeus, mas de utilizar elementos novos para reforçar o conteúdo das crenças tradicionais.

O cristianismo foi, portanto, introduzido na África centro-ocidental ainda no século XV, quando o reino português se encontrava em pleno processo de expansão marítima. A nova crença foi bem aceita pela elite reinante, sobretudo congoleza, e logo integrada aos cultos tradicionais. A partir de então, tornou-se praxe no reino do Congo que os governantes fossem coroados por sacerdotes católicos.

É bastante plausível pensar que muitos africanos aprisionados e escravizados tivessem tido contato com práticas da religião católica antes de chegarem ao Brasil. Assim, ao aceitar o cristianismo e ingressar em confrarias de ‘homens pretos’, o africano, por um lado, reforçava os vínculos paritários, supria necessidades espirituais e criava momentos propícios para a sociabilidade grupal, mas, por outro, remontava miticamente a certos aspectos de sua história e procurava, através de rituais, reafirmar alguns elementos relativos a ela. “A coroação de rei do Congo no âmbito da celebração festiva do santo padroeiro, na qual o grupo representava danças que dramatizavam episódios da sua história, remetia a um passado africano, resgatado pela vivência do catolicismo” (Souza, 2001: 254).

Embora as festas de coroação de reis do Congo acontecessem no contexto da sociedade colonial e adotassem elementos da cultura portuguesa, elas remetiam a um passado anterior à escravidão, em que a expansão do catolicismo significava a glória de reis africanos. Dessa forma, aquelas representavam momentos de afirmação da cultura e história negras, (Souza, 2001). Ainda que compelidos a adotarem práticas católicas, os africanos buscavam preservar, dissimuladamente, práticas de sua antiga tradição. Nesse esforço, defendiam publicamente sua confissão cristã e repeliam as acusações de que participavam de ritos pagãos e de feitiçaria, (Scarano, 1978).

Como a elite colonial percebia nessas manifestações uma forma de devoção católica, ela as aceitava. Afinal, parecia-lhe garantida a supremacia da cultura branca e o princípio da escravidão, (Souza, 2001).

As formações sociais e culturais fundadas no Novo Mundo são, portanto, resultado de um complexo processo histórico, no qual grupos de negros africanos foram raptados de suas terras natais e inseridos dentro de um brutal sistema de exploração escravista. Privados do convívio de suas comunidades originais, membros de etnias diversas tiveram que conviver entre si e integrar-se num contexto social radicalmente diferente, onde predominavam os valores do colonizador europeu, detentor do monopólio do poder, inclusive no campo do sagrado. A situação de dominação colonial não impediu, contudo, que os cativos buscassem se organizar e criar instituições, onde sua cultura ancestral pudesse, de certa forma, aflorar, assim como defender seus interesses frente à sociedade abrangente. As irmandades religiosas, com suas festividades de eleição de reis negros, são um típico exemplo de formações sociais e culturais afro-americanas advinda desse encontro, (Souza, 2002).

Para Martins (1997), a diáspora negra, imposta pelo processo de escravização, despiu o africano de sua própria condição de ser humano, à medida que violou

a organização social e os códigos culturais que regiam sua vida. Entretanto, a apropriação de seus corpos, a travessia do Atlântico e o esforço para se impor aos cativos valores europeus, tidos como civilizados, não abafaram completamente a tradição africana. Esta, pelo contrário, carregada pelos milhares de negros que desembarcaram no Novo Mundo, reatualizou-se e, em confronto com as diversas formas sócio-culturais e sistemas simbólicos encontrados na América, transformou-se, compondo e recompondo continuamente a identidade daqueles que foram escravizados.

Aceito e amplamente difundido na América portuguesa, o costume de se coroar reis negros no âmbito de irmandades religiosas foi, muitas vezes, encarado pelo colonizador como um instrumento de controle social sobre os escravos. Estes, por sua vez, encontravam nessa concessão – aberta justamente por estar subordinada à religião católica – uma oportunidade para se organizarem segundo códigos próprios, reterritorializando “formas ancestrais de organização social e ritual” (Martins, 1997:36).

É inegável que o consentimento da elite colonial para que as comunidades negras elegeassem seus reis e organizassem folguedos em tais ocasiões foi um fator de peso para a manutenção do costume, ainda que ela pudesse tentar tirar proveito dessas situações, usando as lideranças para aplacar os ânimos dos demais. Contudo, segundo Souza (2002), foi o poder simbólico exercido pelos líderes tribais na África que levou os escravos na América a se agruparem em torno de seus ‘reis’.

#### **Debates infindos, possibilidades latentes**

Os trabalhos dedicados às festividades de coroação de rei do Congo e às congadas, a partir do século XIX e até meados do século XX, foram realizados, em sua maioria, pelos chamados folcloristas. Sem acompanhar os rigores metodológicos hoje exigidos pela academia e por agências de pesquisa, esses autores buscavam, antes de mais nada, descrever aqueles fenômenos culturais, identificando-os a uma autêntica

manifestação nacional, que merecia ser relatada e, logo, preservada em sua pureza para as gerações futuras. Muitas críticas são feitas atualmente a esses trabalhos, sobretudo no que diz respeito a essa pretensão de se resguardar certas manifestações populares contra qualquer forma de “corrupção” externa, sem levar em consideração a dinâmica das interações sociais que envolvem qualquer manifestação cultural.

Não obstante, os escritos de alguns folcloristas constituíram o esforço primevo no sentido de se buscar as possíveis origens da congada e, por isso, são constantemente resgatados por estudiosos, seja para apontar falhas e limitações, seja para aprofundar certos aspectos. Enquanto Mário de Andrade empenhou-se em demonstrar a origem eminentemente africana daquelas festividades, autores posteriores, como Alceu Maynard Araújo e Édison Carneiro, possivelmente influenciados pela teoria marxista, defenderam que as mesmas foram criadas pelo próprio colonizador, enfatizando o caráter de dominação embutido naquelas representações, uma vez que serviam para aplacar os ânimos dos escravos e torná-los mais submissos.

A teoria de Roger Bastide trouxe, inegavelmente, grande contribuição para esse debate, ao defender o caráter aglutinador da religião, que servia, antes de mais nada, como um privilegiado espaço de sociabilidade para os negros escravizados. O autor afirma que a inserção do africano em confrarias religiosas permitia uma plena interação paritária, onde costumes ancestrais podiam ser revividos. Nesse sentido, a religião passa a ser identificada como um instrumento de resistência negra ante o dominador sistema colonial.

Retomando muitos desses pontos, os estudos atuais promovem um aprofundamento da discussão. No aspecto histórico, a intensa pesquisa documental, acompanhada das contribuições da antropologia, da lingüística, da arqueologia, entre outras, permite trazer à tona novas questões.

Nesse sentido, as festas de coroação de rei do Congo são, cada vez mais, pensadas a partir do confronto entre culturas radicalmente distintas: a européia e a africana. A inserção dos cativos nas irmandades religiosas, onde tais solenidades geralmente aconteciam, foi, sim, trabalhada pelo colonizador, que visava introduzi-los na comunidade cristã e ampliar sua dominação sobre eles, mas, por outro lado, permitia aos negros gozar de certa autonomia dentro da ordem colonial, reunindo-se, divertindo-se, defendendo seus interesses comuns e revivendo costumes ancestrais, reelaborados a partir da vivência no Novo Mundo.

Dessa forma, a difusão dessas manifestações tende a ser entendida como resultante de um processo de formação de uma nova identidade, que, no entanto, não permaneceu estática, mas recriou-se e recria-se constantemente. Mitos antigos são reatualizados; crenças e tradições rituais são reafirmadas anualmente pela prática comunitária; novas formas de organização surgem, dotando aqueles atos solenes de significados renovados... Talvez seja isso, enfim, o melhor de sua perenidade.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. Os congos. *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, n.2, p. 36-53, fev.1935.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura popular brasileira*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, p. 198, 1977.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. O Congado no Oeste mineiro. *Revista brasileira do folclore*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 5-22, jan./abr. 1965.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Trad. de Maria Eloisa Capellato e Olívia Krähenbühl. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 2v. 1971.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Guerreiros devotos, negros dançantes: origens e controvérsias sobre ritos de negros em festas de igreja. In: \_\_\_\_\_. *Festim dos bruxos: estudos sobre a religião no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Ícone, 1987. cap. 6, p.191-234.
- BRÁSIO, Antônio. O problema da eleição e coroação dos reis do Congo. *Revista portuguesa de história*, Coimbra, v. 12, n. 1, p. 351-381, 1969.
- CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 188, 1965.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3. ed. rev. e aum. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. (Coleção dicionários especializados, 3).
- FERNANDES, Florestan. Congadas e batuques em Sorocaba. In: \_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, cap. XII, p.239-255, 1972.
- INTRODUÇÃO ao estudo do congado. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, p. 104, 1974.
- MARTINS, Leda Maria. *Afrografias na memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 194, 1997. (Coleção Perspectiva).
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. 1º volume: Etnografia religiosa. 3. ed. São Paulo: Nacional, p. 378, 1951.
- RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, p. 264, 1954.
- REILY, Suzel Ana. Manifestações populares: do “aproveitamento” à reapropriação. In: REILY, S. A.; DOULA, S.M. (Orgs.). *Do folclore à cultura popular. ENCONTRO DE PESQUISADORES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Anais...* São Paulo: Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, p.1-31, 1990.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Nacional, p. 178, 1978.

SOUZA, Marina de Mello e. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*, volume I. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, p. 249-260, 2001.

(Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v.3).

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora de UFMG, p. 387, 2002. (Humanitas).

